

Consciência e reflexão no *Ensaio de Locke*

Vinícius França Freitas

UFMG

RESUMO

O artigo discute as noções de ‘consciência’ e ‘reflexão’ no *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke. Apresentam-se dois critérios para se distinguir entre ambas as atividades mentais. Primeiramente, a consciência é uma atividade passiva, involuntária e não depende de atenção para ser exercida, diferentemente da reflexão, que, ao menos em um de seus graus – pois Locke concebe a existência de dois graus de reflexão –, é uma atividade ativa, voluntária e atenciosa da mente. Em segundo lugar, a consciência se distingue da reflexão na medida em que ela é uma atividade mental geradora de juízos / crenças, diferentemente da reflexão, cujas atividades apenas produzem ideias. Enquanto a consciência permite ao ser humano conhecer – julgar sobre e acreditar em suas atividades e estados mentais –, a reflexão é apenas uma capacidade mental de ter ideias e, enquanto tal, não é passível de ser verdadeira ou falsa.

PALAVRAS-CHAVE

História da filosofia; consciência; reflexão; John Locke.

ABSTRACT

The paper discusses the notions of ‘consciousness’ and ‘reflection’ in John Locke’s *Essay on the Human Understanding*. It attempts to present two criteria by means of which it would be possible to distinguish between these mental activities. Firstly, consciousness is a passive, involuntary activity and does not depend on attention to be exerted, unlike reflection, which is, at least in one of its degrees – since Locke conceives the existence of two degrees of reflection –, an active, voluntary, and attentive activity of mind. Secondly, consciousness may be distinguished from reflection in that it is a mental activity that produces judgments / beliefs, unlike reflection, whose activities only produce ideas. While consciousness allows human beings to know – to judge about and to believe the existence of their mental phenomena –, reflection is only a mental capacity to have ideas and, as such, it is not true or false.

KEY WORDS

History of philosophy; consciousness; reflection; John Locke.

O objetivo do presente artigo é discutir as noções de ‘consciência’ e ‘reflexão’ na filosofia de John Locke (1632-1704), mais especificamente, no âmbito da investigação empreendida pelo filósofo no *Ensaio sobre o entendimento humano* (1999)¹. Ambas as noções, ‘consciência’ e ‘reflexão’, parecem estar profundamente conectadas no desenvolvimento de sua filosofia. Contudo, o filósofo não é explícito, em nenhuma parte de sua obra, sobre como ambas se distinguem ou como uma se relaciona à outra. Se, por um lado, Locke confere um tratamento mais sistemático à reflexão, ao tratar das duas fontes de ideias simples na mente, o mesmo não pode ser dito acerca da consciência. O termo ‘consciência’ não aparece, por exemplo, em nenhum título dos sessenta e nove capítulos que compõem o *Ensaio*. Não há, do mesmo modo, nenhuma seção dedicada especialmente à explicação do que é, para Locke, o fenômeno mental do estar consciente. Cumpre aos intérpretes, portanto, a tarefa de sistematizar o conceito de ‘consciência’ e pensá-lo em sua relação com a noção de ‘reflexão’.

A hipótese que avanço estabelece que ‘consciência’ e ‘reflexão’ são duas atividades distintas da mente que podem ser separadas a partir de dois critérios distintos. Na primeira seção, ocupo-me em apresentar esses critérios. Sugiro que a consciência é, por um lado, uma atividade passiva, involuntária e não depende de atenção para ser exercida, diferentemente da reflexão, que, ao menos em um de seus graus – pois Locke concebe a existência de dois graus de reflexão –, é uma atividade ativa, voluntária e atenciosa da mente. Por outro lado, a consciência se distingue da reflexão na medida em que ela é uma atividade mental geradora de juízos / crenças, diferentemente da reflexão, cujas atividades apenas produzem ideias. Enquanto a consciência permite ao ser humano conhecer – julgar sobre e acreditar em suas atividades e estados mentais –, a reflexão é apenas uma capacidade mental de ter ideias e, enquanto tal, não é passível de ser verdadeira ou falsa. Após apresentar e discutir esses dois critérios, apresento, na segunda seção, uma discussão com a literatura secundária, esclarecendo de que modo minha interpretação se distancia de outras leituras sobre as noções de ‘consciência’ e ‘reflexão’ no *Ensaio* de Locke.

Compreendendo a distinção entre consciência e reflexão

Como observado acima, Locke não trata de modo sistemático de sua compreensão de ‘consciência’ no *Ensaio*. Talvez isso se deva ao fato de que a consciência, até a data da publicação da obra, jamais ter sido tratada como objeto de estudo filosófico por si. O estar consciente só se torna objeto explícito de investigação no ano

¹ Publicado originalmente em 1689. A segunda edição da obra, revisada e com acréscimos feitos por Locke, data de 1694.

de 1728, com a publicação de um escrito anônimo em Londres, o *Ensaio sobre a consciência*². De modo que não surpreende que filósofos como René Descartes (1596-1650), cuja investigação depende fundamentalmente de atividades da consciência³, e o próprio Locke, não tenham examinado detidamente a noção. Apesar de não explícito sobre sua compreensão, a consciência desempenha um papel central no desenvolvimento da investigação do *Ensaio*. Locke assume teses explícitas a esse respeito. Por exemplo, o filósofo admite a tese cartesiana⁴ sobre a identidade entre pensamento e consciência⁵. Locke também se opõe a uma hipótese cartesiana, aquela de acordo com a qual “a alma é uma substância que sempre pensa”⁶, a

² Para uma história do desenvolvimento do interesse dos filósofos dos séculos XVII e XVIII pela noção de ‘consciência’, sugiro a leitura de Udo Thiel (1994, pp. 79-86). Quanto ao *Ensaio sobre a consciência*, Thiel diz: “sem dúvida é a mais importante contribuição no início da modernidade à noção de consciência – muito embora pareça haver poucas referências ao trabalho nos escritos filosóficos do século XVIII” (1994, p. 83).

³ As atividades da consciência são importantes para Descartes em mais de um momento no desenvolvimento das *Meditações sobre filosofia primeira* (2004). O meditador desenvolve o percurso das *Meditações* a partir de suposições como, por exemplo, “eu estou consciente de que penso”, “eu estou consciente de que duvido” e “eu estou consciente de perceber ideias claras e distintas”. Mais importante, Descartes as considera como verdadeiras e imunes à dúvida possibilitada pela hipótese do enganador na Meditação I. A consciência, para Descartes, não apenas produz conhecimento como também é entendida como uma fonte fiável de crenças verdadeiras, de um modo que os sentidos, a memória e a razão, por exemplo, não o são: “qual dessas coisas [o pensar, o duvidar, o entender, o afirmar, o enganar-se, o desejar, o imaginar e o perceber] não é tão verdadeira [destaque meu] – mesmo que eu esteja dormindo e que quem me criou faça tudo o que está em seu poder para me enganar – quanto é verdadeiro que sou? Qual delas distingue-se de meu pensamento? Qual pode dizer-se separada de mim mesmo? Pois que sou eu quem duvida, quem entende, quem quer; é tão manifesto que já não é preciso nada mais para tornar a explicação mais evidente [destaque meu]” (2004, pp. 51-53).

⁴ Descartes é mais explícito a esse respeito nas *Objecções e respostas*. Descartes diz, na resposta ao primeiro conjunto de objeções, que “não pode haver nada em mim de que eu não esteja de alguma forma consciente” (2006, p. 62). Na resposta ao terceiro conjunto de objeções, do mesmo modo, o filósofo aponta: “[...] há outros atos, que chamamos ‘cogitativos’ [*cogitative*] (tais como o entender, o querer, o imaginar, o sentir e assim por diante), todos que têm em comum a única característica do pensamento, percepção ou consciência” (2006, p. 103). Adiante, na resposta ao quarto conjunto de objeções: “[...] não pode haver nada em nossa mente de que não estamos conscientes. Entendo isso em relação às operações, ao passo que o cavaleiro o nega, ainda que o entenda a respeito dos poderes” (2006, p. 139). Descartes explica no quarto conjunto de objeções o que o leva a essa compreensão de que nada há na mente de que não se esteja consciente: “agora, no que diz respeito à doutrina de que não pode haver nada na mente de que não se esteja consciente na medida em que ela é uma coisa pensante, isso me parece autoevidente, porque entendemos que *nada está na mente, assim considerada, que não seja um pensamento ou que não seja dependente de um pensamento* [destaque meu]. Pois, de outra forma, não pertenceria à mente na medida em que ela é coisa pensante. Nem pode existir em nós qualquer pensamento de que não estamos conscientes *no exato momento em que ele está em nós* [destaque meu]” (2006, p. 147).

⁵ No sentido de que a consciência sempre acompanha o pensamento, de modo que ambos os termos poderiam ser mesmo utilizados de modo intercambiável. Locke observa que “[...] o pensar consiste em ter consciência de que se pensa” (1999, p. 122). Em outra passagem: “[...] o homem, já acordado, já desperto, em nenhum momento poderia ‘pensar’ sem disso se aperceber. Este aperceber-se é necessário unicamente quando se trata dos nossos pensamentos e sempre o será, enquanto não pudermos pensar sem termos consciência de que pensamos” (1999, p. 114).

⁶ Locke diz: “eu sei que há quem opine que a alma sempre pensa e que, durante toda a sua existência, tem constantemente em si mesma a percepção real de certas ideias; e que o pensamento real é tão inseparável da alma como a extensão real do corpo; de modo que, se esta opinião é verdadeira, inquirir sobre o começo das ideias de um homem é tanto como perguntar pelo começo da sua alma. Porque, segundo esta opinião, a alma e as suas ideias, como o corpo e a sua extensão, começaram a existir ao mesmo tempo” (1999, pp. 111-112).

partir da experiência que, nesse caso, não é senão a experiência dos próprios fenômenos mentais permitida pela consciência⁷.

Em uma das passagens em que, a meu ver, Locke é mais claro a respeito da natureza da consciência, o filósofo explica:

Se dizem que um homem tem sempre consciência de que pensa, eu pergunto, como é que o sabem? *Porque ter consciência é aperceber-se [is the perception] do que se passa na própria mente de um homem* [destaque meu]. Pode, porventura, outro homem aperceber-se de que eu tenho consciência de qualquer coisa, quando eu próprio não me apercebo disso? Aqui, o conhecimento humano não pode estender-se para além da sua própria experiência (Locke, 1999, p. 122).

Chama a atenção a aproximação realizada por Locke entre a atividade da consciência e a percepção: estar consciente é *perceber* os fenômenos mentais. Se se considera seriamente essa aproximação, é possível entender que as atividades da consciência se desenvolvem a maneira da percepção dos objetos externos permitida pelos sentidos, algo como uma *percepção interna dos fenômenos mentais*. No capítulo acerca da percepção, no Livro II do *Ensaio*, Locke observa sobre essa atividade de perceber: “porque ordinariamente naquilo a que se chama pura e simplesmente percepção, a mente é apenas *passiva, não podendo deixar de perceber* [destaques meus] o que realmente percebe” (1999, p. 169). À luz dessa passagem sugiro que, na consciência, assim como na percepção dos objetos externos, a percepção dos fenômenos mentais é ser tanto ‘passiva’ quanto ‘involuntária’. Essas marcas da passividade e involuntariedade são importantes para, adiante, ser possível separar as atividades da consciência de ao menos um dos graus de reflexão. Por ora, limito-me a explicar, a partir da aproximação sugerida por Locke, que se um indivíduo de olhos abertos se encontra diante de uma árvore, ele não pode evitar percebê-la, tampouco é preciso algum exercício de sua vontade para tal; de modo semelhante, um indivíduo que se lembra – uma operação da memória –, não pode evitar perceber que se lembra e, do mesmo modo que na percepção, não precisa exercitar sua vontade para ser capaz de estar consciente disso.

⁷ Locke diz: “sabemos [por meio da consciência] com certeza, por experiência, que ‘algumas vezes’ pensamos; donde tiramos esta conclusão infalível: há algo em nós que tem o poder de pensar. Mas saber se essa substância pensa ou não ‘perpetuamente’ é algo de que não podemos assegurar-nos, para além do que a experiência nos informa (1999, pp. 112-113). O limite do que é possível dizer a partir da experiência, uma experiência possibilitada pela consciência, é que a mente pensa algumas vezes, não todo o tempo.

Desenvolvendo a aproximação entre consciência e percepção a partir do exemplo da percepção do fogo apresentado por Locke⁸, não é possível, ademais, estar consciente – perceber um fenômeno mental – sem uma ideia dos fenômenos mentais. A consciência das operações da mente não é, portanto, imediata, mas mediada por ideias que a elas fazem referência. A consciência é intencional e tem como objeto a ideia de uma operação da mente – o julgar, o acreditar, o duvidar, o raciocinar etc. Na percepção, percebe-se a ideia de uma qualidade sensível que representa a qualidade no objeto externo; na consciência, está-se consciente de uma ideia que ‘representa’ uma operação mental. Sempre que há uma ideia de uma operação da mente, não se pode não se aperceber disso: “de tal modo que se há sensações ou percepção, há alguma ideia realmente produzida e presente no entendimento” (1999, p. 170). Se a consciência e a percepção se aproximam no que diz respeito à passividade, a involuntariedade e os objetos – que são as ideias –, ambas podem ser distinguidas, no entanto, a partir da origem das ideias a que se referem. A fonte das ideias da percepção é a sensação, a fonte das ideias da consciência, a reflexão. A primeira experimenta o mundo físico por meio das ideias de sensação, a segunda, o mundo mental mediante ideias de reflexão.

Se essa compreensão está correta, julgo que posso utilizá-la para começar a pensar a distinção entre a consciência e a reflexão no *Ensaio*, ponto não muito claro na obra de Locke. No início do Capítulo I do segundo livro do *Ensaio*, Locke introduz o tema da reflexão na obra: “a outra fonte a partir da qual a experiência provê de ideias o entendimento é a percepção das operações interiores da nossa própria mente enquanto se debruça sobre as ideias que recebeu” (1999, p. 107). A definição de reflexão oferecida pelo filósofo muito se assemelha àquilo que é dito sobre a consciência. Assim como a consciência, a reflexão seria como que a percepção do que se passa no interior da mente. Sugestões como essa têm levado intérpretes do texto lockiano a supor a possibilidade de que Locke não tenha distinguido entre uma e outra noção, ou até mesmo que Locke estaria confuso a esse respeito⁹.

⁸ Locke diz: “o fogo pode queimar os nossos corpos sem causar em nós um efeito distinto do que produz numa acha de lenha, a não ser que o movimento se prolongue até ao cérebro e depois se origine na mente a sensação de calor ou a ideia da dor, pois nisso consiste a percepção” (1999, p. 170).

⁹ A crítica sobre Locke não ter sido claro a esse respeito remonta ao menos ao século XVIII, mais especificamente, aos comentários de Thomas Reid (1710-1796) ao pensamento do filósofo. Reid acusa Locke de confundir a consciência com a reflexão, tendo cometido o equívoco de não separar entre esses dois poderes da mente: “a reflexão deve ser distinguida da consciência com a qual é frequentemente confundida, mesmo pelo Sr. Locke. Todos os homens estão todo o tempo [*at all times*] conscientes das operações de suas próprias mentes enquanto eles estão acordados. Contudo, há poucos que tenham refletido sobre elas, ou tenha as feito objetos de pensamento” (2002, p. 58). Na literatura secundária, há intérpretes que também entendem existir uma confusão da parte de Locke, como, por exemplo, Mark Kustald (1984). A seu ver, Locke não é claro a esse respeito, e mais de uma tentativa de estabelecer um critério para se distinguir entre consciência e reflexão

A presente discussão pretende contribuir para o debate sobre como Locke distingue entre consciência e reflexão. Por mais de uma razão, acredito que seja possível traçar uma distinção clara entre ambas as atividades no *Ensaio*. Isso é feito a partir de dois critérios distintos:

1. Em primeiro lugar, acredito que seja possível apelar à compreensão lockiana de que, na percepção dos fenômenos mentais, a consciência é tanto *passiva* quanto *involuntária* e que, ademais, suas atividades não dependem de atenção. A reflexão não apresenta essas marcas – ao menos em um de seus graus – que caracterizam as atividades da consciência. Com efeito, após explicar o processo de aquisição de ideias de sensação, Locke observa que “o mesmo acontece com as operações interiores da mente, consoante o homem seja *mais ou menos reflexivo* [destaque meu]” (1999, p. 110). A maior ou menor reflexividade da mente depende de atividade e voluntariedade da parte do indivíduo. É preciso uma ação voluntária da mente para “dirigir o pensamento em direção” às próprias operações mentais, é preciso querer “se atentar” ao que se passa no interior da mente:

Embora não seja possível àquele que contempla as operações interiores da mente deixar de obter delas ideias claras e distintas, o certo é que, se ele não dirige o seu pensamento nessa direção e não as considera ‘atentamente’, estará tão longe de ter ideias distintas de todas as operações da mente como aquele que pretendesse possuir todas as ideias possíveis de uma certa paisagem ou das

– por exemplo, a reflexão como simples percepção do que se passa no interior da mente (1984, pp. 152-156), como um ato voluntário de atenção sobre os seus fenômenos mentais (1984, pp. 156-158) ou como uma atividade de contemplação das atividades e estados mentais (1984, pp. 158-163) – conduz a sérias dificuldades. Para o intérprete, existem motivos para Locke ter se mantido nessa situação de ambiguidade sobre a distinção entre consciência e reflexão: “afirmo que a fonte de sua dificuldade repousa sobre a presença de forças poderosas levando-o em diferentes direções. A evidência é de que ele nunca resolveu satisfatoriamente essas tensões” (1984, p. 166). As duas tendências que trabalham no pensamento de Locke são: “por um lado, ele é bem claro a respeito de que sem uma certa percepção de ordem superior de nossas operações mentais (contemplação, como ele às vezes a chama) não chegamos às ideias claras e distintas das operações da mente. Uma vez que a aquisição de tais ideias claras e distintas é central naquilo sobre o qual Locke se detém, a saber, filosofar sobre a mente humana, ele tende a enfatizar essa forma superior de percepção e procurar vários termos para se referir a ela. Tomada em seu extremo, essa tendência pode levar Locke a (i) restringir o termo ‘reflexão’ apenas a essa forma de percepção, a (ii) afirmar que as crianças raramente refletem, se alguma fez já o fizeram, e (iii) ir mais além e dizer que a maior parte das crianças jovens não tem ideias das operações de suas próprias mentes” (1984, p. 166). A segunda tendência é a compreensão de que todas as ideias da mente se originam da sensação e da reflexão. Locke precisa apelar à reflexão para explicar a origem de algumas ideias que, embora obscuras e confusas, não poderiam ter sido adquiridas pela sensação: “o único apelo bem-sucedido à reflexão, aberto para Locke, é deixar que ‘reflexão’ seja um termo tão amplo como a ‘consciência de nossas operações mentais’. Somente dessa forma podemos evitar o resultado de um contraexemplo ao seu empirismo: uma ideia que não surge da sensação, tampouco da reflexão, mas de uma instância da consciência que não conta como reflexão. Em suma, quando conduzido por essa força, Locke tende a (i) ampliar o termo ‘reflexão’ de modo que ele é coextensivo com o termo ‘consciência’, (ii) permitir que crianças reflitam ao menos em algum sentido, e (iii) garantir que todas as pessoas, independentemente da idade, tenham ao menos alguma ideia das operações de suas próprias mentes” (1984, p. 167).

partes e movimentos de um relógio, sem dirigir os olhos para esses objetos e sem reparar nas suas partes com atenção (Locke, 1999, p. 110).

A meu ver, a passagem permite a suposição da existência de ao menos dois graus de reflexão¹⁰ segundo Locke.

Primeiramente, há aquele grau superior de reflexão de uma mente atenta a que são devidas ideias de algumas operações da mente que, sem essa reflexão superior, não poderiam ser adquiridas. Locke observa sobre a capacidade da reflexão atenta para adquirir ideias que, sem a devida atenção, jamais seriam produzidas, em uma analogia com os sentidos externos:

O quadro ou o relógio podem estar situados de tal maneira que todos os dias [alguém] passe perto deles; mas, apesar disso, ele apenas terá uma ideia confusa de todas as partes de que se compõem, enquanto não se aplicar a considerar, com atenção, cada uma delas em particular (*Ibid.*).

Por reflexão atenta o indivíduo, portanto, adquire ideias que, de outro modo, não poderiam ser adquiridas. Sem “reparar” em certas operações que se passam no interior da mente, elas podem se manter desconhecidas – isto é, delas não se ter ideias – da mesma maneira que as partes que compõem um relógio ou detalhes de uma pintura podem passar “desapercebidos” por aqueles que não se detêm sobre sua observação.

Esse grau superior de reflexão é responsável também pela aquisição de ideias mais claras e distintas das operações mentais. Um indivíduo pode ativa e voluntariamente direcionar seus sentidos em direção a algum objeto ou qualidade particulares, dando-lhes a devida atenção e formando, a partir disso, ideias sensíveis mais claras e distintas do que aquelas adquiridas sem a devida atenção; o indivíduo pode, do mesmo modo, ativa e voluntariamente direcionar sua atenção em direção ao que se passa no interior da mente para delas formar ideias mais claras e distintas. Um pintor, por exemplo, tem ideias mais claras e distintas de uma certa paisagem do que um indivíduo que desatentamente caminha pela mesma paisagem todos os dias. De modo semelhante, um cientista da mente, como Locke, tem ideias mais claras e distintas de suas atividades mentais, ainda que todo ser humano seja capaz de ter ideias dessas atividades, apesar de mais obscuras e confusas, visto terem sido adquiridas sem a devida atenção:

¹⁰ Na segunda seção, explico a razão de compreender essa distinção no âmbito das atividades da reflexão por graus e não por tipos – como se houvesse duas espécies de atividade de reflexão.

Porque, ainda que constantemente estejam a ocorrer na mente, quais visões flutuantes, elas não produzem impressões suficientemente profundas para deixar ideias claras distintas e duradoiras, até que o entendimento, voltando-se sobre si próprio, reflita sobre as suas próprias operações e faça delas objeto da sua *contemplação* [destaque meu] (*Ibid.*, p. III).

Apenas cientistas da mente ou indivíduos inclinados ao ‘exame’ do que se passa no interior de suas mentes adquirem ideias claras e distintas dessas. Nesse caso, os indivíduos “contemplam” suas operações.

Portanto, julgo que seja possível distinguir entre as atividades da consciência e da reflexão a partir do critério apresentado acima. As atividades da consciência são passivas, involuntárias e desatentas, diferentemente das atividades da reflexão, ao menos daquele grau superior de reflexão, onde a mente é ativa e depende de um direcionamento voluntário da mente para o que se passa em seu interior. Esse segundo grau de reflexão, ao menos, não pode ser confundido com a consciência.

2. Em segundo lugar, para que a distinção entre consciência e reflexão – inclusive a de primeiro nível, passiva, involuntária e desatenta – possa ser traçada, é possível apelar a um segundo critério que pode ser apreendido a partir de outra analogia apresentada por Locke entre a reflexão e os sentidos. O filósofo observa, com efeito: “ainda que ela [a reflexão] não seja um sentido por nada ter que ver com objetos externos, assemelha-se-lhe muito, todavia, e pode com propriedade ser chamada ‘sentido interno [*internal sense*]’” (1999, p. 108). A analogia com os sentidos, nesse caso, parece clara: como a sensação oferece à mente as ideias simples das qualidades dos objetos externos, a reflexão oferece à mente as ideias simples das operações mentais. Sem os sentidos externos, não há ideias de qualidades sensíveis, sem a reflexão, o sentido interno, não há ideias das operações. O ponto para o qual gostaria de chamar a atenção, no entanto, diz respeito justamente ao fato de que nas atividades da reflexão há apenas a aquisição de ideias, não mais que isso. A consciência, no entanto, é uma atividade a que são devidos juízos e crenças acerca dessas ideias.

Para reforçar a importância dessa analogia entre a reflexão e os sentidos, visando compreender o que Locke tem em vista por reflexão, apelo à interpretação de Reid acerca do uso do termo ‘sentido’ (*sense*) nos séculos XVII e XVIII. Reid observa que, entre os autores desse período, esse termo é, na maior parte das vezes, utilizado para significar apenas os poderes da mente por meio dos quais ela seria capaz de produzir suas “concepções”, “noções” ou, como no caso de Locke, suas ideias. Os sentidos externos, por exemplo, formam as ideias das qualidades dos objetos externos; o sentido da beleza, as ideias das qualidades estéticas dos objetos na natureza e na arte; o sentido moral, as ideias de certo e de errado, da virtude e do vício. Reid é crítico

desse uso limitado do termo “sentido”. A seu ver, em seu significado mais comum, partilhado por grande parte dos seres humanos e expresso nas línguas, o termo é utilizado para significar não apenas os poderes que fornecem as ideias à mente, mas também os poderes de julgar e acreditar: “o ver e o ouvir, segundo os filósofos, são chamados sentidos, visto que temos ideias por meio deles. Pelo vulgo eles são chamados sentidos porque julgamos por meio deles” (2002, p. 424)¹¹. Para Reid, filósofos como Locke compreendem os sentidos como uma atividade mental a que são devidas apenas ideias, não juízos ou crenças.

Julgo que essa chave reidiana de leitura seja importante para se separar entre consciência e reflexão em Locke. Ao aproximar a reflexão dos sentidos, é possível entender que Locke tem em vista por reflexão uma atividade mental que, fundamentalmente, produz ideias, seja em suas atividades atentas ou desatentas. O resultado das atividades de uma reflexão desatenta, passiva e involuntária é a aquisição de ideias, ao passo que a consciência é uma operação que julga sobre o que se passa na própria mente e não fornece ideias de operações mentais. Enquanto a consciência é uma percepção que permite conhecer – julgar e acreditar – a existência dos fenômenos mentais, a reflexão é apenas um processo que fornece as ideias por meio das quais a mente conhece suas operações.

Observei acima que Locke parece sugerir que a reflexão, assim como a consciência, é uma forma de “percepção” das operações interiores da própria mente. Essa aproximação deve ser entendida com cuidado. É preciso reconhecer que, se na consciência e na reflexão o indivíduo é capaz de “perceber” seus fenômenos mentais, a consciência, diferentemente da reflexão, não é uma fonte de ideias, ela é uma fonte de “conhecimento” – de juízos e crenças – sobre as operações da mente:

Essas operações, quando a alma sobre elas reflete e as considera, abastecem o entendimento de uma outra série de ideias que não se poderiam receber das coisas exteriores. Tais são as de *percepção, pensar, duvidar, acreditar, raciocinar, conhecer, querer* e de todas as diversas ações do nosso próprio espírito, as quais – *posto que delas temos consciência e as podemos observar em nós mesmos* [destaque meu] – recebemos no nosso entendimento tão distintamente como as que temos dos corpos que impressionam os nossos sentidos (Locke, 1999, p. 107)¹².

¹¹ Essa compreensão de sentido / senso que permite Reid definir a noção de ‘senso comum’ em seu pensamento: “na linguagem comum, senso sempre implica julgamento. Um homem de senso é um homem de julgamento. Contrassenso é o que é evidentemente contrário ao julgamento direito. Senso comum é o grau de julgamento que é comum aos homens com que podemos observar e realizar negócios” (200, p. 424).

¹² A passagem parece sugerir que, para Locke, a consciência é aquilo na mente que torna o indivíduo capaz de observar suas operações mentais. Isso gera uma dificuldade para a interpretação de que a consciência conhece seus fenômenos mentais indiretamente, por meio de ideias, visto que a consciência é a condição de se poder formar ideias dessas operações por reflexão.

Tal como pela percepção de uma ideia de sensação o indivíduo “conhece” a existência dos objetos externos, na consciência o indivíduo “conhece”, mediante uma ideia de reflexão, a existência de seus fenômenos mentais. “Estar no entendimento” é “ser conhecido”:

Por conseguinte, aquele que fala em noções inatas (se se refere a um grupo especial de verdades) não pode entender por tal verdades existentes no espírito, embora por ele ignoradas, dado que a expressão “estar no entendimento” significa precisamente “ser conhecido”. De fato, estar *no* entendimento e não ser conhecido, estar no espírito e nunca ser apreendido, é o mesmo que dizer que algo *está* e *não está* no espírito e no entendimento (*Ibid.*, p. 34).

O indivíduo conhece os fenômenos de sua mente e esse conhecimento é permitido pela atividade da consciência, atividade esta que depende da reflexão como a fonte das ideias sobre as quais a mente julga. Estar consciente é poder “conhecer” algo sobre os próprios fenômenos mentais. Margaret Wilson (2005), em um trabalho sobre a noção de consciência em Descartes, observa:

É difícil entender o que estar consciente de X poderia ser se ele não envolvesse de alguma maneira ter o conhecimento de X – sabendo que X existe e ocorre. Está claro que Descartes de fato entende os conceitos de consciência e conhecimento ao menos como intimamente conectados (Wilson, 2005, p. 134).

Acredito que os dizeres de Wilson se aplicam muito bem à compreensão de Locke da consciência: as atividades da consciência parecem estar intimamente conectadas com a noção de “conhecimento”. O conhecimento do mundo mental, é claro, depende das atividades da reflexão. Para se perceber os estados internos, é preciso das atividades da reflexão, contudo, apenas enquanto esta é a fonte de ideias sobre as operações da mente. Juízos e crenças advêm de outra fonte, a consciência.

Consciência e reflexão na literatura secundária

Dedico a presente seção à discussão de algumas interpretações acerca da relação entre consciência e reflexão no *Ensaio* de Locke. Desse modo, acredito poder ser capaz de esclarecer em que medida minha interpretação se aproxima e se distancia de outras leituras presentes na literatura secundária.

1. A reflexão pode ser entendida como introspecção? Para alguns autores, a reflexão em Locke deve ser entendida como “introspecção”, uma espécie de “volta da

mente sobre si mesma”. Assim sugerem, por exemplo, Richard Aaron¹³ (1963), M. J. Mabbott¹⁴ (1973) e Kaila Obstfeld¹⁵ (1983). A meu ver, se minha leitura é consistente, apenas a reflexão atenciosa pode ser considerada uma introspecção, se se entende por “introspecção” uma decisão – voluntária e ativa – de voltar a atenção da mente para suas próprias operações. Isto é, não julgo que seja pertinente chamar de introspecção aquele primeiro grau de reflexão, pois não há nenhuma decisão do indivíduo de se deter e inspecionar suas operações mentais. Ela acontece de forma desatenta, involuntária e a mente é apenas passiva.

2. Consciência e reflexão distinguem-se apenas por gradação? Em diversos momentos de seu trabalho, Mark Kustald (1984) parece sugerir, ainda que não seja explícito sobre esse ponto, que Locke concebe apenas uma diferença de gradação entre a consciência e a reflexão, uma compreensão de acordo com a qual as ideias claras e distintas das operações mentais seriam fornecidas pela reflexão, ao passo que à consciência seriam devidas apenas ideias confusas e obscuras sobre as atividades da mente. Kustald nota, ao longo de seu trabalho, que todos os seres humanos dispõem igualmente da capacidade de estar consciente de suas atividades e estados mentais, contudo, poucos são aqueles que adquirem ideias mais claras e distintas – isto é, aptas a serem utilizadas em investigações científicas – por meio da reflexão. Ideias da consciência seriam confusas e obscuras, ideias de reflexão, ao contrário, seriam claras e distintas (1984, pp 163-167).

A meu ver, consciência e reflexão não podem ser identificadas como se uma atividade fosse a mesma que a outra, como se a consciência pudesse ser entendida como uma fonte de ideias sobre as operações da mente. A diferença observada por Kustald sobre a clareza e a distinção das ideias é verdadeira. Locke compreende que existem ideias de operações mentais claras e distintas e ideias de operações mentais obscuras e confusas. Contudo, essa distinção se explica não porque algumas são devidas à consciência, mas sim porque as ideias claras e distintas são fruto de uma reflexão atenta, ao passo que as ideias obscuras e confusas são devidas à reflexão desatenta. Esse ponto foi amplamente discutido na seção anterior.

¹³ Aaron diz: “a maior parte de nossa informação sobre a mente chega-nos através da reflexão, isto é, introspecção” (1963, p. 129) Em nota de rodapé, o autor completa: “a palavra ‘reflexão’ não significa, nesse contexto, cogitação ou mesmo meditação. É reflexão no sentido de curvar-se ou voltar-se sobre si mesmo [*oneself*]. O termo moderno correspondente é claramente ‘introspecção’” (1963, p. 129).

¹⁴ Mabbott diz: “uma confusão pode surgir porque no uso ordinário moderno ‘reflexão’ significa pensar, ponderar, meditar, ao passo que em Locke, ‘reflexão’ é equivalente ao nosso termo ‘introspecção’” (1973, p. 18).

¹⁵ Obstfeld observa: “primeiro, deve ser reconhecido que a ‘reflexão’ em Locke é equivalente à moderna ‘introspecção’. Isso se torna evidente assim que percebemos que o uso de ‘reflexão’ de Locke era parte de uma tradição em que ‘essa função era concebida metaforicamente como uma volta da mente sobre si mesma, distinguida de sua ação direta de apreender as coisas externas’. Locke não foi original em seu uso de um modelo observacional de introspecção” (1983, p. 47).

3. Existem duas espécies de reflexão em Locke? Argumentei acima que há dois graus de reflexão no *Ensaio*, um desatento – passivo e involuntário – a que são devidas ideias mais obscuras e confusas e um atento – ativo e voluntário – a que são devidas ideias mais claras e distintas e ideias cuja aquisição depende de atenção. Por mais de um motivo, essa compreensão de dois graus nas atividades da reflexão se assemelha à compreensão apresentada por Vili Lahteenmaki (2008). Contudo, o intérprete não pensa a distinção em termos de graus, mas de tipos distintos de atividades:

Argumento que as passagens sobre a reflexão ativa não são sobre a reflexão entendida como a fonte de ideias de operações mentais, mas sobre *outro tipo de reflexão* [destaque meu], que Locke às vezes chama de contemplação. Na medida em que direcionar ou focalizar a atenção desempenha um papel na reflexão, ela pertence ao último tipo de reflexão. A diferença mais importante entre esses dois tipos de reflexão é que a contemplação (como chamarei o segundo tipo de reflexão a seguir) *tem ideias como seus objetos - e, portanto, não é uma fonte de ideias simples* [destaque meu] (Lahteenmaki, 2008, p. 74).

O segundo tipo de reflexão, dependente de atenção, chamado por ele exclusivamente de “contemplação”, acontece a partir de ideias e não é, diferentemente da reflexão propriamente dita, uma fonte de ideias simples. O autor acrescenta sobre a contemplação:

Quando a mente já tem como seu material ‘aquelas ideias que o Sentido ou a Reflexão ofereceram para sua contemplação’, emprega-se um tipo específico de refletividade. *A contemplação é sobre ideias* [destaque meu]: a mente ‘volta sua vista para dentro de si mesma e observa suas próprias ações sobre as ideias que ela tem, tira daí outras ideias (como resultado da operação de reflexão), que são tão capazes de ser objetos de sua contemplação como qualquer uma das que recebeu de coisas estrangeiras’. Como uma forma de retenção, Locke define contemplação como manter uma ideia, fornecida pela sensação ou reflexão, ‘por algum tempo realmente em vista’ (*Ibid.*, pp. 74-75).

Reflexão e contemplação são duas atividades distintas da mente. A reflexão, passiva e involuntária, oferece ideias à mente, a contemplação, ativa e voluntária, foca a atenção da mente sobre suas experiências, isto é, as ideias oferecidas por reflexão¹⁶.

¹⁶ Lahteenmaki diz: “aqui está uma diferença importante entre a reflexão e a contemplação. Do ponto de vista experiencial de um sujeito, a natureza passiva da reflexão significa o ‘fato’ de que experimentamos nossas próprias operações mentais à medida que as executamos (ou seja, temos ideias delas), enquanto em termos técnicos Locke entende a reflexão como uma operação passiva de produção ideias. A contemplação, por sua vez, é voluntariamente aplicável a coisas que já estão dentro da esfera da experiência, e as ideias são exatamente essas coisas” (2008, p. 81).

O autor reconhece que Locke nem sempre é rigoroso ao se referir a uma ou outra atividade, contudo, a seu ver, a distinção é clara no texto do *Ensaio*¹⁷.

Não entendo que existam tipos distintos de atividades da reflexão na mente humana, tampouco que o segundo tipo, a contemplação, não seria uma fonte de ideias simples. Acima observei que a reflexão atenta não é fonte apenas de ideias mais claras e distintas das operações da mente, com também é fonte de ideias cuja aquisição depende dessa atenção. Isto é, existem ideias de operações que são adquiridas apenas por reflexão atenta, a contemplação: é impossível “[...] possuir *todas as ideias possíveis* de uma certa paisagem ou das partes e movimentos de um relógio, sem dirigir os olhos para esses objetos e sem reparar nas suas partes com atenção” (1999, p. 110). Locke parece-me claro a esse respeito, nessa analogia entre sensação e reflexão. A mente não é capaz de adquirir “todas as ideias possíveis” de suas operações atentas sem uma reflexão atenta. Por uma reflexão atenta, portanto, o indivíduo adquire ideias que, de outro modo, não poderiam ser adquiridas.

4. A consciência apreende imediatamente as operações da mente? Udo Thiel (1994) observa de modo acertado que em nenhuma parte do *Ensaio* Locke afirma que a reflexão, como a consciência, é um elemento essencial do pensamento ou que a reflexão, como a consciência, é inseparável do pensamento¹⁸. Isso o leva a supor que não é possível entender consciência e reflexão como as mesmas atividades da mente. No entanto, outra observação do intérprete merece ser considerada com mais atenção:

A definição de Locke de reflexão em termos de sentido interno não significa que a reflexão seja uma autorrelação imediata e que esteja associada à consciência: o sentido interno ou reflexão não tem a característica da *imediateidade* [destaque meu] que qualifica a consciência (Thiel, 1994, p. 103).

A hipótese de Thiel diz respeito à possibilidade de a consciência ocorrer da maneira imediata. Entendo por isso que o intérprete sugere que a consciência é capaz de apreender as operações da mente sem o intercurso de ideias, de modo imediato ou direto:

¹⁷ Lahteenmaki observa: “como vimos agora, existem dois significados básicos de ‘reflexão’ em Locke. Reconhecidamente, ele não é terminologicamente consistente na aplicação de ‘contemplação’ no sentido de se atentar às ideias, nem em usar ‘reflexão’ exclusivamente no sentido de uma fonte de ideias” (2008, p. 75). E: “Locke não é escrupuloso quanto à terminologia, mas torna sua distinção conceitual suficientemente clara. A reflexão e a contemplação diferem no que diz respeito a seus objetos e seus aspectos passivo e ativo. Como a reflexão fornece objetos para a contemplação, a primeira também deve preceder a última” (2008, p. 76).

¹⁸ Thiel observa: “que Locke implica uma distinção entre as duas noções é evidente a partir de um número de passagens no *Ensaio*. [...] Para Locke, ‘estar consciente’ denota uma consciência [*awareness*] que é uma parte integral de todos os atos de pensar como tais [...]. A consciência é um elemento essencial do pensar e é ‘inseparável’ dele. Locke deixa muito claro o que ele quer dizer por ‘reflexão’, diferentemente da consciência. Locke não diz que pensar consiste em reflexão, mas diz que consiste em consciência. Como indiquei acima, ‘reflexão’ é um termo técnico para ‘sentido interno’ e reflexão, diz Locke, exige uma atenção especial” (1994, p. 103).

[...] A consciência é a presença da mente para si mesma que é mais fundamental do que a reflexão objetificante [*objectfying*]. Sem a consciência, *a reflexão não teria nenhum objeto sobre o qual refletir* [destaque meu]. Como a reflexão é ela mesma um ato consciente, mas ela não é, para Locke, necessariamente acompanhada por outro ato de reflexão (Thiel, 1994, p. 103).

Martha Bolton (2007) apresenta uma leitura semelhante ao sugerir que, no momento que estão ocorrendo, as operações mentais são apreendidas imediatamente pela consciência:

Isso sugere que temos experiência de nossas próprias operações mentais no mesmo nível de nossa experiência sensorial das coisas no mundo. Mas, na verdade, Locke não as trata da mesma maneira. Considerando que a percepção das coisas externas e suas qualidades é mediada por ideias, para Locke, as ideias não medeiam a percepção dos atos mentais *em andamento* [destaque meu], ou assim eu sugiro (2007, p. 85).

O conhecimento das operações mentais ‘em andamento’ não é mediato: “na verdade, toda a teoria das ideias está conectada à suposição de que a cognição de nossos próprios estados mentais é imediata de uma forma que a cognição de coisas externas não é” (*Ibid.*, p. 86). Imagino que a autora tenha em vista, ao pensar o conhecimento presente das operações mentais, a consciência. A seu ver, a consciência percebe imediatamente as operações da mente em andamento.

É verdade que a reflexão não poderia ser exercida sem a consciência de que se reflete. Contudo, a meu ver, tampouco pode a consciência ser exercida sem a reflexão, como se aquela fosse compreendida como mais fundamental do que esta. Locke identifica o pensamento com o estar consciente – apesar de ambas não poderem ser confundidas –, de modo que nenhuma atividade de reflexão poderia ser exercida sem a sua consciência. As atividades da consciência e reflexão acontecem simultaneamente na medida em que as ideias de reflexão são os objetos imediatos das operações da consciência. Nenhuma é mais fundamental que a outra, visto que atuam concomitantemente.

Em algumas passagens do *Ensaio*, Locke parece claro sobre o papel da experiência reflexiva para o conhecimento dos fenômenos mentais: “os *objetos externos* fornecem à mente as ideias das qualidades sensíveis que são todas essas diferentes percepções por elas produzidas em nós; e a *mente* fornece ao entendimento as ideias das suas próprias operações” (1999, p. 108). O entendimento humano depende de ideias que são adquiridas por reflexão. No Livro IV, considerações sobre isso são ainda mais explícitas:

Uma vez que o espírito, em todos os seus pensamentos e raciocínios, não tem outro objeto imediato senão as suas próprias ideias, que são a única coisa que ele contempla, ou pode contemplar, é evidente que o nosso conhecimento se ocupa apenas com as nossas ideias (*Ibid.*, 1999, p. 719).

E ainda: “é evidente que o espírito não conhece as coisas imediatamente, mas só pela intervenção das ideias que acerca delas possui” (*Ibid.*, p. 775).

Julgo, a partir de passagens como essas, que o conhecimento das operações mentais depende de ideias, de modo que não poderia haver uma apreensão direta das operações mentais pela consciência. As atividades da consciência são mediadas, portanto, por ideias devidas à reflexão. Sem ideias de reflexão, não há objeto para a consciência. A meu ver, se a consciência pudesse apreender imediata ou diretamente as operações da mente, as ideias de reflexão perderiam um papel importante na explicação das experiências mentais. Qual o sentido da existência de ideias de reflexão de objetos apreendidos imediatamente pela consciência? Não há nenhuma sugestão explícita no texto de Locke, do mesmo modo, de que seria possível algum tipo de experiência mental não mediada por ideias, visto que esses são os únicos conteúdos presentes na mente:

Se fizermos uma revisão completa de todas estas ideias e dos seus diversos modos, combinações e relações, veremos que contêm a totalidade das nossas ideias e que *nada temos nas nossas mentes que não proceda de uma dessas duas vias* [destaque meu]” (*Ibid.*, 1999, p. 108).

Como Locke explicaria a apreensão das operações da mente senão por meio de ideias de reflexão?

As questões da consciência e da reflexão em Locke estão ligadas a outros temas importantes para o desenvolvimento do *Ensaio*: a questão de saber se Locke defende uma teoria da consciência do tipo HOP ou SOP¹⁹; o polêmico tema da identidade pessoal

¹⁹ Isto é, se Locke compreende a consciência como uma atividade capaz de formar estados mentais de segunda ordem, de modo que a consciência seria como que uma ‘percepção de ordem superior’ – *higher-order perception*, HOP –, ou se Locke compreende que a consciência não está separada dos próprios estados mentais, sendo ela, dessa forma, uma ‘percepção de mesma ordem’ – *same order perception*, SOP. Angela Coventry e Uriah Kriegel (2008), por exemplo, discutem em detalhes esse debate, posicionando em favor da segunda possibilidade: Locke manteria que a consciência é uma percepção de mesma ordem.

e sua relação com a consciência; a questão de saber se as ideias de reflexão são representações das operações da mente²⁰; o debate acerca da garantia do conhecimento das operações mentais por meio dessas ideias²¹. Apesar de não me aprofundar sobre o estudo desses temas, acredito ter apresentado evidências textuais que permitem explicar a separação entre consciência e reflexão em Locke, principal propósito do trabalho.

Bibliografia

- Aaron, R. (1963). *John Locke: Second Edition*. Oxford: Clarendon University Press.
- Bolton, M. (2007). “The Taxonomy of Ideas in Locke’s Essay”. In: Newman, L. (org.). *The Cambridge Companion to Locke’s ‘Essay concerning Human Understanding’*. New York: Cambridge University Press, 2007, pp. 67-100.
- Coventry, A.; Kriegel, U. (1998). “Locke on Consciousness”. *History of Philosophy Quarterly*, v. XXV, n. 3, 1998, pp. 221-242.
- Descartes, R. (2004). *Meditações sobre filosofia primeira*. Ed. bilíngue. Trad. Fausto Castilho. Campinas: UNICAMP.
- _____ (2006). *Meditations, Objections and Replies*. Trad. e ed. Roger Ariew e Donald Cress. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company.
- Kulstad, M. (1984). “Locke on Consciousness and Reflection”. *Studia Leibnitiana*, v. XVI, n. 2, 1984, pp. 143-167.
- Lahteenmaki, V. (2011). “Locke on Consciousness and What it is About”. *Studia Leibnitiana*, v. XLIII, n. 2, 2011, pp. 160-178.

²⁰ Não há acordo entre os intérpretes a esse respeito. Aos olhos de Aaron, Locke apresenta uma teoria representacionalista da reflexão: “a definição, será notado, é representacionalista. A mente toma conhecimento [*take notice*] de suas próprias operações, mas não, aparentemente, conhece-as diretamente, mas tem ideias dessas operações como uma consequência dessa tomada conhecimento [*of the notice it has taken*]. Esse representacionalismo é confirmado pelo resto do parágrafo em que reflexão é conectada à sensação” (1963, p. 130). As ideias de reflexão são representações das operações da mente, assim como as ideias de sensação representam as qualidades dos objetos externos, ainda que esse representacionalismo não fosse de todo aparente no texto de Locke: “contudo, enquanto seguimos Locke em sua explicação dessas operações da mente, percepção, memória, comparação e assim por diante, o representacionalismo não é de todo aparente. Com efeito, essas explicações teriam sido a mesma se Locke nunca tivesse adotado uma posição representacionalista (1963, p. 130). Bolton opõe-se a essa leitura: “isso pode explicar por que ideias simples de reflexão não são consideradas em II.XXX-XXI, capítulos dedicados à realidade, adequação e verdade das ideias a respeito do que deveriam representar. Ideias simples de reflexão não têm função representativa na experiência comparável às ideias sensoriais. Em outros aspectos, no entanto, os dois tipos de ideias simples desempenham os mesmos papéis – elas são componentes de ideias complexas de substâncias, algumas delas fundamentam [*ground*] famílias de ideias de modos” (2007, p. 87).

²¹ Mabbott, por exemplo, observa: “um problema final sobre a reflexão é sua confiabilidade; Locke distinguiu nitidamente as ideias de sensação das qualidades das coisas. O que ele diria sobre as ideias de reflexão? Elas são introduzidas com a mesma linguagem das ideias de sensação: ‘aquele que contempla as operações de sua mente não pode deixar de ter ideias plenas e claras delas’. Aqui está a distinção entre as ideias e as operações, assim como entre as ideias e as qualidades reais no caso da sensação. Mas a passagem citada acima sobre a consciência que acompanha toda a nossa percepção sugere uma percepção direta das próprias operações mentais. Em nenhum lugar há qualquer sugestão, como há sobre as qualidades secundárias, de que as ideias que temos por introspecção falham em revelar os estados de nossa própria mente” (1973, p. 55).

- _____ (2008). "The Sphere of Experience in Locke: The Relations Between Reflection, Consciousness, and Ideas". *Locke Studies*, v. VIII, 2008, pp. 59-99.
- Locke, J. (1999). *An Essay concerning Human Understanding*. Ed. Peter H. Niddich. Oxford: Clarendon Press.
- _____ (1999). *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Trad. Eduardo Abranches Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Obstfeld, K. (1983) "Locke's Causal Theory of Reflection". *Southern Journal of Philosophy*, v. XXI, 1983, pp. 47-56.
- Mabbott, J. (1973). *Locke*. London; Basingstoke: The MacMillan Press.
- Reid, T. (2002). *Essays on the Intellectual Powers of Man*. Ed. Derek Brookes. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- _____ (1997). *Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Scharp, K. (2008). "Locke's Theory of Reflection". *British Journal for the History of Philosophy*. v. XVI, n. 1, pp. 25-63.
- Thiel, U. (1994). "Hume's Notion of Consciousness and Reflection in Context". *British Journal for the History of Philosophy*, v. II, n. 2, pp. 75-115.
- Wilson, M. (2005). *Descartes*. London; New York: Routledge.